

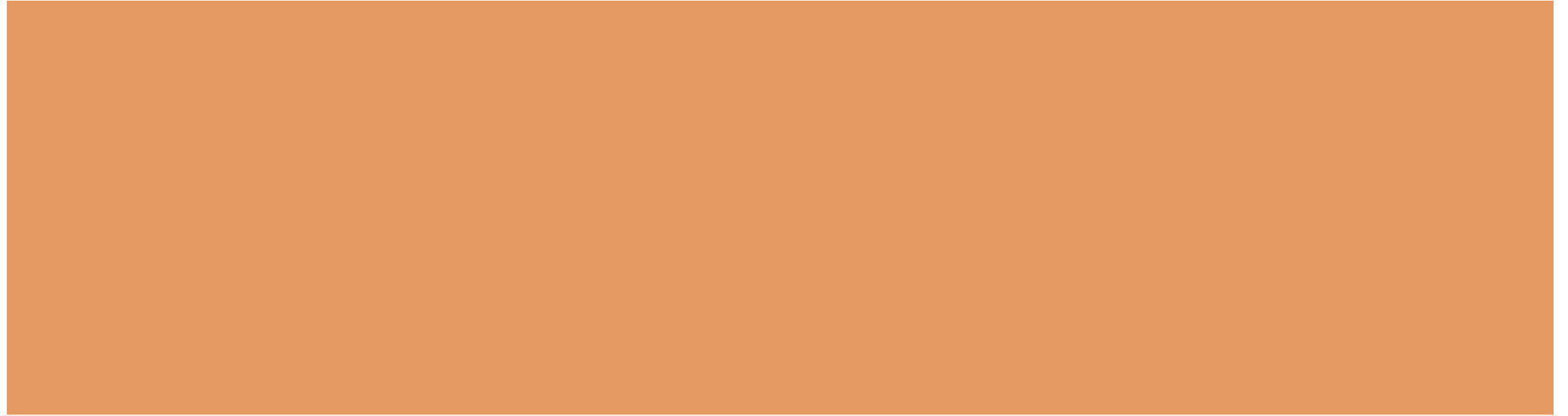
Quais são os aspetos financeiros que devo ter em conta desde a primeira fase?

18 de abril 2024

Cooperar está en tus manos



O plano financeiro no eSudoe



Plan financiero 1ª fase



S2/1.1/E0004 - 2CONV_OEISA

Parte A - Identificación del proyecto

- A.1 Identificación del proyecto
- A.2 Resumen del proyecto
- Plan financiero 1ª fase

Parte B - Descripción del proyecto

- B.1 Enfoque del proyecto: objetivos, realizaciones principales y los resultados previstos
- B.2 Pertinencia y contexto del proyecto
- B.3 Consorcio del proyecto
- B.4 Impacto territorial del proyecto

Parte C - Consorcio del proyecto

- C1. Beneficiarios del proyecto
- C.2 Socios Asociados

PARTE D - Personas de contacto


- Responsable del proyecto

Usuarios

- Usuarios

Documentación

- 1. Declaración responsable y de compromiso del beneficiario principal
- 2. Declaraciones de interés de los beneficiarios

 [Propuesta de proyecto \(1ª fase\)](#)

VALIDAR

Abrir subsanación

Plan financiero 1ª fase

Consorcio	Importe (€)	FEDER (€)	Tasa de cofinanciación
1	100.000,00 €	75.000,00 €	75%
2	123.120,00 €	92.340,00 €	75%
3	100.000,00 €	75.000,00 €	75%
4	120.000,00 €	90.000,00 €	75%
PRESUPUESTO MÁXIMO TOTAL SUBVENCIONABLE DEL PROYECTO		443.120,00 €	332.340,00 €

Apartado “Plano financeiro 2ª fase”

PARTE A - Identificação do projeto

- o A.1 Identificação do projeto
- o A.2 Resumo do Projeto
- o Plano financeiro 1ª fase

PARTE B - Descrição do projeto

- o B.1 Enfoque do projeto: objetivos, principais realizações e resultados esperados
- o B.2 Pertinência e contexto do projeto
- o B.3 Parceria do Projeto
- o B.4 Impacto territorial do projeto
- o B.6 Resultados do projeto
- o B.7 Durabilidade e transferência das realizações produzidas pelo projeto

PARTE C - Parceria do projeto

- o C.1 Beneficiários do projeto
- o C.2 Parceiros associados

Plano de trabalho

- o B.5 Plano de Trabalho
- o B.8 Cronograma

Plano financeiro

- o **Plano financeiro 2ª fase**
- o FEDER e contrapartida nacional
- o Justificação do orçamento
- o Despesas comuns
- o Informação adicional

PARTE D - Pessoas de contato

- o Responsável do projeto
- o Responsável de Comunicação

Usuarios

- o Usuarios

versão

- o versão

Documentação

- o 1. Declaração de responsabilidade e compromisso do beneficiário principal
- o 2. Declarações de interesse dos beneficiários
- o 3. Declaração_minimis

	1	2	3	4	TOTAL PROJETO			
	2022	2023	2024	2025	2026	Total	%	Justificação do Plano Financeiro
00 Custos de preparação (taxa fixa)	0,00 €	12.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	€ 12.500,00	2,27%	
01 Custos com pessoal	0,00 €	15.000,00 €	69.765,60 €	86.000,00 €	74.721,80 €	€ 245.487,40	44,67%	€ 245.487,40
01.1 Custos de pessoal da entidade	0,00 €	15.000,00 €	64.765,60 €	86.000,00 €	74.721,80 €	€ 240.487,40	43,76%	€ 240.487,40
01.2 Custos de pessoal colocado à disposição	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €	0,00 €	0,00 €	€ 5.000,00	0,91%	€ 5.000,00
02 Custos com instalações e custos administrativos	0,00 €	2.250,00 €	9.714,84 €	12.900,00 €	11.208,27 €	€ 36.073,11	6,56%	
03 Custos de deslocação e de alojamento	0,00 €	2.250,00 €	5.664,84 €	9.900,00 €	8.538,00 €	€ 26.352,84	4,8%	
04 Custos relacionados com o recurso a competências e serviços externos	0,00 €	0,00 €	28.509,36 €	44.200,00 €	40.000,00 €	€ 112.709,36	20,51%	€ 112.709,36
05 Custos de equipamento	0,00 €	0,00 €	82.192,69 €	24.190,64 €	0,00 €	€ 106.383,33	19,36%	€ 106.383,33
06 Custos de infraestruturas e de obras	0,00 €	0,00 €	4.000,00 €	0,00 €	6.000,00 €	€ 10.000,00	1,82%	€ 10.000,00
Total	€ 0,00	€ 32.000,00	€ 199.847,33	€ 177.190,64	€ 140.468,07	€ 549.506,04	100%	

	Preparação do Projeto	GT 1	GT 2	GT 3	Transversal	Total
Distribuição indicativa por GT (despesas por categorias)	12.500,00 €	159.927,31 €	172.461,38 €	135.972,07 €	68.645,28 €	€ 549.506,04
%	2,27%	29,10%	31,38%	24,74%	12,49%	100%

Apartado “FEDER e contrapartida nacional”

PARTE A - Identificação do projeto

- A.1 Identificação do projeto
- A.2 Resumo do Projeto
- Plano financeiro 1ª fase

PARTE B - Descrição do projeto

- B.1 Enfoque do projeto: objetivos, principais realizações e resultados esperados
- B.2 Pertinência e contexto do projeto
- B.3 Parceria do Projeto
- B.4 Impacto territorial do projeto
- B.6 Resultados do projeto
- B.7 Durabilidade e transferência das realizações produzidas pelo projeto

PARTE C - Parceria do projeto

- C.1 Beneficiários do projeto
- C.2 Parceiros associados

Plano de trabalho

- B.5 Plano de Trabalho
- B.8 Cronograma

Plano financeiro

- Plano financeiro 2ª fase
- **FEDER e contrapartida nacional**
- Justificação do orçamento
- Despesas comuns
- Informação adicional

PARTE D - Pessoas de contato

- Responsável do projeto
- Responsável de Comunicação

Usuarios

- Usuarios

versão

- versão

Documentação

Nome do beneficiário	Tipo de beneficiário	Natureza jurídica beneficiário	País	Entidade eSudoe	(a) Taxa de cofinanciamento	(b) Despesa elegível	(c) Ajuda FEDER	(d)=(e)+(f) Total contrapartida nacional	(e) Contrapartida Nacional pública (beneficiários tipo I ou II)	(f) Contrapartida Nacional privada (beneficiários tipo III ou IV)	Auto ou f
1. (ICC	Beneficiário principal	II	France	FRJ1180085	75%	€ 164.362,69	€ 123.272,02	€ 41.090,67	€ 41.090,67	€ 0,00	<input type="checkbox"/>
2. (Beneficiário	I	España	ES1253333	75%	€ 131.145,28	€ 98.358,96	€ 32.786,32	€ 32.786,32	€ 0,00	<input type="checkbox"/>
3. (Beneficiário	III	Portugal	PT1650897	75%	€ 151.222,07	€ 113.416,55	€ 37.805,52	€ 0,00	€ 37.805,52	<input type="checkbox"/>
4. (Mc un	Beneficiário	II	France	FRJ126340	75%	€ 102.776,00	€ 77.082,00	€ 25.694,00	€ 25.694,00	€ 0,00	<input type="checkbox"/>
TOTALES						€ 549.506,04	€ 412.129,53	€ 137.376,51	€ 99.570,99	€ 37.805,52	€

Apartado “Justificação orçamental”

PARTE A - Identificação do projeto

- A.1 Identificação do projeto
- A.2 Resumo do Projeto
- Plano financeiro 1ª fase

PARTE B - Descrição do projeto

- B.1 Enfoque do projeto: objetivos, principais realizações e resultados esperados
- B.2 Pertinência e contexto do projeto
- B.3 Parceria do Projeto
- B.4 Impacto territorial do projeto
- B.6 Resultados do projeto
- B.7 Durabilidade e transferência das realizações produzidas pelo projeto

PARTE C - Parceria do projeto

- C.1 Beneficiários do projeto
- C.2 Parceiros associados

Plano de trabalho

- B.5 Plano de Trabalho
- B.8 Cronograma

Plano financeiro

- Plano financeiro 2ª fase
- FEDER e contrapartida nacional
- **Justificação do orçamento**
- Despesas comuns
- Informação adicional

PARTE D - Pessoas de contato

- Responsável do projeto
- Responsável de Comunicação

Usuarios

- Usuarios

































versão

- versão

Documentação

JUSTIFICAÇÃO DO ORÇAMENTO

Justificação do orçamento

Beneficiário		Custos com pessoal	Custos relacionados com o recurso a competências e serviços externos	Bens não amortizáveis	Bens amortizáveis + bens não amortizáveis mas cuja vida útil é superior a 1 ano	Bens amortizáveis que se imputam a 100%	Custos de infraestruturas e de obras	Trabalho não remunerado
<input type="text"/>								
	1							
	2							
	3							
	4							
	di							

Questões transversais de elegibilidade das despesas



Questões transversais

Ponto ficha 8.0	Questão tratada
1	Base normativa e hierarquia
3	Critérios básicos da elegibilidade das despesas
4	Despesas não elegíveis
7 e 8	Colaborações com entidades terceiras e contratação externa
10	Período de Execução e Período de Encerramento
11	Elegibilidade do IVA
12	Despesas comuns



Ficha 8.0 ponto 1 - Base normativa e hierarquia

📌 **Nível 1 – normativa comunitária**

Elementos destacados:

- Regulamento (UE) 2021/1060 (RDC ou Disposições Comuns)
- Regulamento (UE) n.º 2021/1058 (FEDER)
- Regulamento (UE) 2021/1059 que estabelece disposições específicas relativas ao Interreg

📌 **Nível 2: normas do Programa**

Elementos destacados:

- O Guia Sudoe, 8.0 e fichas seguintes (por categoria)

📌 **Nível 3: normativa nacional** (aplicável apenas na ausência de regras próprias do Programa)

Ficha 8.0 ponto 3 - Critérios de base que determinam a elegibilidade das despesas

- Foram efetuadas e efetivamente pagas pelos beneficiários, exceto no caso de montantes fixos ou de custos fixos;
- Está previsto no Formulário de candidatura consolidado
- Foi efetuado e pago de acordo com os prazos previstos no Acordo de Concessão
- Não foi subsidiado por outro programa comunitário;
- O beneficiário respeitou a regulamentação comunitária, do programa e nacional aplicável a cada despesa, com especial atenção para as relativas aos contratos públicos
- As despesas efetuadas estão em conformidade com as regras do programa e nacionais e comunitárias em matéria de informação e comunicação;
- Respeita os critérios da boa gestão financeira; é razoável, eficaz e eficiente;
- É devidamente justificada em conformidade com as regras internas do programa e do beneficiário, por exemplo, através de faturas e comprovativos de pagamento (exceto para o custo fixo e a taxa fixa);
- Foi imutado ao programa no percentual de alocação de acordo com seu uso para o projeto;
- As despesas declaradas respeitam os princípios transversais do ambiente, da igualdade de oportunidades e da não discriminação, bem como a Carta dos Direitos Fundamentais da UE;
- As despesas refletem-se na contabilidade do beneficiário, quer através de um sistema contabilístico separado, quer através de uma codificação adequada que reflita adequadamente as despesas do projeto.

Ficha 8.0, ponto 4 - Despesas não elegíveis

- As secções 4.1 a 4.4 enumeram as despesas não elegíveis.
- Entre estas, algumas das mais relevantes são::
 - 📌 Despesas não previstas no formulário de candidatura ou na Justificação do Plano Financeiro;
 - 📌 Prémios monetários;
 - 📌 Presentes;
 - 📌 Prémios extraordinários, se estiverem condicionados à aprovação do projeto;
 - 📌 Aquisição de Terrenos;
 - 📌 Despesas de um beneficiário quando a entidade prestadora for:
 - outro departamento da mesma entidade (exceto para rastreabilidade da faturação interna, tabelas oficiais e preços abaixo do mercado);
 - outra entidade vinculada com o próprio beneficiário;
 - outro beneficiário do projeto (exceto despesas comuns ou pessoal colocado à disposição de tipo 2 ou despesas de viagem pagas a um parceiro andorrano);
 - Um parceiro associado (a menos que a exclusividade tecnológica seja demonstrada e aprovada pela AUG-SC/AN, e exceto para despesas de viagem aos associados)

Ficha 8.0 pontos 7 e 8 - Colaborações com entidades terceiras e contratação externa

O ponto 8 regula a contratação externa do seguinte modo:

1. Entidades públicas: devem cumprir a legislação aplicável em matéria de contratos públicos;
2. Entidades privadas: não estão diretamente sujeitas a estas leis, mas devem respeitar os seus princípios básicos:

- ✚ *Princípio da transparência e da publicidade.*
- ✚ *Princípio da concorrência.*
- ✚ *Princípio da confidencialidade.*
- ✚ *Princípio da igualdade de tratamento.*
- ✚ *Princípio da não discriminação.*



Todas as entidades beneficiárias do Programa, incluindo entidades privadas, devem ter e incorporar no eSudoe2127 as instruções internas de compra (na ausência de instruções internas, documentos comprovativos que demonstrem a correta aplicação destes princípios para cada processo de contratação)

O ponto 7 regula as colaborações com entidades terceiras.

Trata-se de figuras específicas de entidades públicas de acordo com a legislação:

- ✚ Acordos de colaboração ou acordos-quadro (apenas ES e PT)
- ✚ encargos a meio próprio ou, encargos “in house providing”



A AUG/SC e AN devem aprovar o uso destas figuras antes da declaração das despesas (de preferência como anexo ao formulário de candidatura consolidado)

Ficha 8.0 ponto 11 - Elegibilidade do IVA

O IVA não é elegível, exceto no caso do IVA incluído nos projetos:

- ✚ cujo custo total seja inferior a 5.000.000 euros (incluindo o IVA),
- ✚ custo total seja igual ou superior a 5.000. 000 euros (incluindo o IVA), quando o IVA não for recuperável ao abrigo da legislação nacional

O IVA recuperável não é elegível para as despesas dos beneficiários que beneficiam do Regulamento de Isenção por Categoria (RGIC) nem aos que estão sujeitos a uma ajuda de minimis

Ficha 8.0 ponto 12 – Despesas comuns

Definição: despesa externalizada partilhada pelo conjunto de beneficiários de um projeto.

Exemplo: assistência técnica para a gestão de projetos

É regulado no Programa através de um anexo ao Acordo de Colaboração, que identifica:

- 📌 a natureza da despesa e o seu montante.
- 📌 o procedimento de pagamento; (2 Sistemas possíveis).
- 📌 a repartição das despesas entre os beneficiários.

Os beneficiários privados com fins lucrativos (categoria IV) não podem ser responsáveis pela contratação de despesas comuns.

Os beneficiários que não sejam responsáveis da contratação que dê lugar a uma despesa comum não poderão declarar a sua parte correspondente até que o controlador do beneficiário encarregue do contrato não determine que este se realizou de acordo com a normativa aplicável em matéria de contratação.

Atenção: Antes de se envolver numa despesa comum, é muito importante que o beneficiário confirme junto dos serviços internos da sua entidade que esta figura é exequível de acordo com o seu regulamento interno.

Elegibilidade das despesas por categoria

Categorias de despesas

Categoria	Denominação
00	Custos de Preparação
01	Custos de pessoal
02	Custos com instalações e custos administrativos
03	Custos de deslocação e de alojamento
04	Custos relacionados com o recurso a competências e serviços externos
05	Custos de equipamento
06	Custos de infraestruturas e de obras
07	Trabalho voluntário (não remunerado)



00_Custos de Preparação

Montante fixo

12.500€ para o conjunto do projeto

Será distribuído entre os beneficiários, a pedido do projeto, numa primeira declaração especial de despesas com esta categoria de despesas e de acordo com os montantes estabelecidos no Plano Financeiro (2ª fase)

A sua utilização é voluntária



01_ Custos de pessoal

Definição: Custos brutos do emprego do pessoal empregado pelo beneficiário necessários para a execução do projeto (salários, custos sociais, impostos, etc.)

Declaração com base em despesa real

Orçamento máximo de 50% do plano financeiro do beneficiário

Pessoal afeto ao projeto a uma percentagem fixa (sem casas decimais) dos custos brutos do emprego, que podem ser:

Sistema 1: Alocação a 100% do seu tempo

- **Sistema 2:** Alocação numa percentagem entre 5 e 99% do seu tempo

A percentagem pode ser ajustada durante a execução uma vez por ano civil

02_ Custos com instalações e custos administrativos

Definição: Despesas administrativas do beneficiário relacionadas com a execução das tarefas do projeto

Montante a declarar a taxa fixa (15% custos diretos com pessoal)

O montante é automaticamente incorporado no eSudoe com base nos custos de pessoal

As despesas incluídas nesta categoria, especificadas no ponto 5 da ficha 8.2, não podem ser declaradas noutra categoria de despesas

Manter provas da existência deste tipo de despesas

A sua utilização é voluntária



03_ Custos de deslocação e de alojamento

Definição: despesas de viagem e alojamento incorridas e pagas pelos beneficiários dos projetos programados relacionadas com as tarefas do projeto.

Montante a declarar a taxa fixa (15% custos diretos com pessoal)

O montante é automaticamente incorporado no eSudoe com base nos custos de pessoal

Esta categoria inclui viagens por qualquer motivo, incluindo as relacionadas com visitas de campo, por exemplo.

Manter provas da existência deste tipo de despesas

A sua utilização é voluntária

04_ Custos relacionados com o recurso a competências e serviços externos

Definição: despesas pagas a peritos externos ou por serviços prestados por um agente público ou privado, ou por uma pessoa singular externa à organização beneficiária;

Declaração com base em despesa real

Categoria de despesas "vinculativas": Justificação

É geralmente necessário um processo de contratação, que deve ser cuidadosamente seguido (ponto 8 da ficha 8.0 do guia)

Na Justificação, os serviços que estão ligados ao investimento produtivo devem ser identificados

Casos particulares: Refeições do consórcio, prémios. As despesas de deslocação e alojamento dos sócios associados, na medida em que possam ser equiparadas a peritos externos, serão declaradas nesta categoria de despesas; Atenção ao princípio da boa gestão financeira.

05_ Custos de equipamento

- **Definição:** equipamento adquirido, alugado ou arrendado por um beneficiário. O equipamento deve ser necessário para os objetivos do projeto;

Declaração com base em despesa real, dependendo do tempo e da sua utilização no projeto

Categoria de despesas "vinculativas": Justificação

O equipamento é diferenciado entre "**amortizável**"* e "**não amortizável**":

- * Ou **Repartição de custos de aquisição** em beneficiários FR, se aplicável.

Norma
modificada
em relação à
1ª CONVOC

- **Não amortizável:** ex: Material de laboratório. Imputam-se a 100% se estiverem plenamente afetos ao projeto
- **Amortizável:** Imputação de acordo com amortização contabilista (ou repartição de custos FR)
- Exceção no caso de equipamento amortizável associado e necessário à execução de uma ação-piloto: amortização contabilística acumulada desde o início da utilização do ativo no projeto até, o mais tardar, um ano após o final da fase de execução do projeto

Na Justificação, devem ser identificados os equipamentos que envolvem um investimento produtivo

- **Casos particulares:** Equipamento em 2ª mão, equipamento de escritório, equipamento informático, mobiliário, viaturas.

- **Definição:** obras e infraestruturas de pequena escala que podem abranger a instalação, renovação ou construção de infraestruturas de pequena escala, ou a execução de obras;

Declaração com base em despesa real

Categoria de despesas "vinculativas": Justificação

Não podem ser objetivos a atingir pelo projeto em si, mas a sua construção deve ser um meio para atingir esses objetivos do projeto

Na Justificação, devem ser identificados como "investimento em infraestrutura"

Os processos de contratação externa vinculados a estas despesas devem seguir o disposto na ficha 8.0, ponto 8, "cumprimento da regulamentação aplicável em matéria de contratação externa";

Casos particulares: Aquisição de terrenos, estudos relativos a infraestruturas e obras.

07_ Trabalho voluntário (não remunerado) - apenas *OE 4.1 e 4.5*

- **Definição:** valorização do tempo de trabalho não remunerado, ou seja, para o qual não foi efetuado qualquer pagamento documentado.

O valor do trabalho voluntário não remunerado é determinado com base no salário mínimo bruto do Estado onde o beneficiário reside (1, 2 ou 3 vezes o salário mínimo, dependendo das tarefas executadas).

Auxílios estatais



Auxílios estatais

Determinação da existência de Auxílios de Estado. Autoavaliação pelos beneficiários no Formulário de Candidatura e fixação nos documentos de programação do projeto após análise pela AUG/SC e AN

Qualquer entidade, independentemente da sua natureza jurídica, pode ser beneficiária de Auxílios de Estado

O programa Sudoe aplicará os artigos 20.º e 20.º-A do Regulamento de Isenção por Categoria (RGIC) e, de maneira secundária, o regulamento de minimis se se verificar a existência de auxílios de Estado.

A menos que estejam em causa outras ajudas públicas, o RGIC e o Regulamento de minimis permitirão aplicar uma % de cofinanciamento de 75%

Flexibilidade no plano financeiro



Exemplo dos limites da flexibilidade permitida na execução do plano financeiro de um beneficiário:

CATEGORIA DE DESPESA	(1) Plano Financeiro programado		(2) despesa executada		(3)=(2)-(1) modificação (apenas aumentos)	% variação (2/1)
	euros	%	euros	%	euros	%
00_Despesas de preparação	2.000,00	1,19%	2.000,00	1,16%		
01_custos com pessoal	80.000,00	47,62%	85.000,00	49,42%	5.000,00	6,25%
02_Custos com instalações e custos administrativos	12.000,00	7,14%	12.750,00	7,41%	750,00	
03_Custos de deslocação e de alojamento	12.000,00	7,14%	12.750,00	7,41%	750,00	
04_Custos relacionados com o recurso a competências e serviços externos	42.000,00	25,00%	42.000,00	24,42%		
05_Custos de equipamento	15.000,00	8,93%	10.000,00	5,81%		
06_Custos de infraestruturas e de obras	5.000,00	2,98%	7.500,00	4,36%	2.500,00	
TOTAIS	168.000,00	100,00%	172.000,00	100,00%	9.000,00	5,36%
			102,38%			

Primeiro Limite de custos com Pessoal: A percentagem máxima de despesas a declarar em despesas com pessoal é de 115% do seu Plano Financeiro programado. POR OUTRAS PALAVRAS, O EXCESSO NÃO PODE EXCEDER 15%
(No exemplo, $5.000/80.000$) = 6,25% ✓

Limite geral de flexibilidade: NÃO PODE EXCEDER 15%
(Por exemplo, $9.000/168.000$) = 5,36% ✓

Limite geral: A percentagem máxima de despesas a declarar à Comissão Europeia é de 115% do seu Plano Financeiro. (No exemplo, $172.000/168.000$) = 102,38% ✓
O excedente de 100 % por beneficiário pode ser declarado desde que o projeto no seu conjunto não exceda 100 % do seu custo elegível.

Segundo limite de custos de pessoal: no final do projeto, a % das despesas declaradas nesta categoria não pode exceder 65% das despesas totais declaradas à Comissão Europeia
(No exemplo, $85.000/172.000$) = 49,42% ✓

O controlo destes limites será efetuado exclusivamente pela autoridade de gestão e pelo secretariado conjunto (excluindo ou afastando despesas)

O Circuito Financeiro

Definição e etapas do circuito financeiro

Trata-se do percurso percorrido por todas as fases que uma despesa incorrida e paga por um beneficiário deve percorrer até receber a ajuda FEDER correspondente vinculada a essa despesa.

- Tem 9 fases (com algumas nuances por parte dos Estados-Membros)
- Todo o circuito de gastos é efetuado através do eSudoe, com algumas exceções (praticamente desmaterializado)

Número da etapa	Título	Agente	Estado da despesa em eSudoe			
			Terminologia	Espanha	França	Portugal
1	Registo das despesas	Beneficiário	Registado em sistema			
2	Declaração de despesas do beneficiário	Beneficiário	Declarado			
3	Verificação de despesas do beneficiário	Controlador	Verificado (Espanha)			
			Validado (França e Portugal)			
4	Validação (Espanha) / Conformidade (Portugal) de despesas do beneficiário	Autoridade Nacional	Validado (Espanha)/ Conforme (Portugal)			
5	Declaração de despesas do projeto e pedido de reembolso FEDER	Beneficiário Principal	Declarado à Autoridade de Gestão			
6	Declaração de despesas do projeto à Autoridade Contabilística	Secretariado Conjunto	Declarado à Autoridade Contabilística			
		Autoridade de Gestão				
7	Certificação de despesas e pedido de pagamento da Autoridade Contabilística à Comissão Europeia	Autoridade Contabilística	SPaCE (Pedido de pagamentos à Comissão Europeia)			
8	Pagamento da Comissão Europeia à Autoridade Contabilística	Comissão Europeia	Pago e depositado			
9	Pagamento da Autoridade Contabilística a cada beneficiário	Autoridade Contabilística	Repartido e transferido			

Modelo:

A1

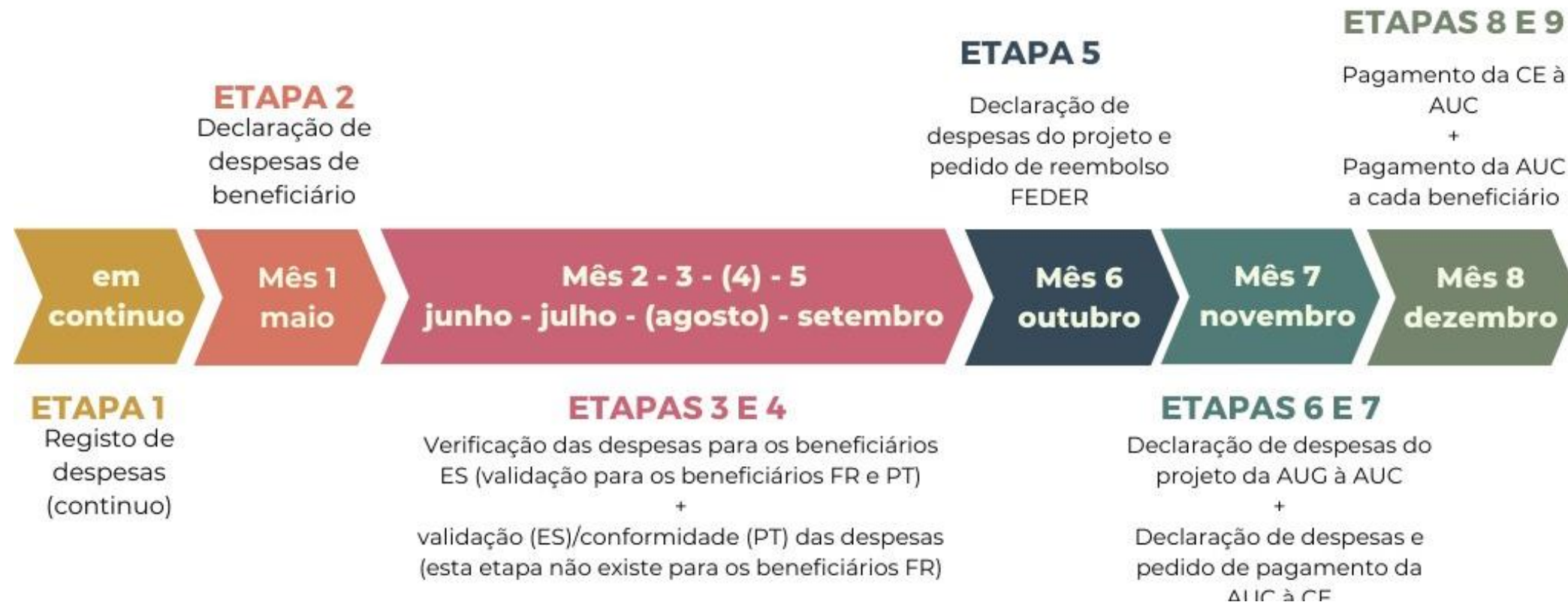
A2

A3

B1

B2 / C

DURAÇÃO PREVISTA DO CIRCUITO FINANCEIRO



Secretariado Conjunto – Programa Sudoe